

ENTRE A PROVÍNCIA E A CORTE: BASTIDORES DE UMA COLIGAÇÃO POLÍTICA ESCRAVISTA NA “TERRA DA LUZ” (CEARÁ, 1884 - 1888)

Alisson Freitas da Silva¹

Resumo: Este estudo pretende refletir sobre a relação entre política e abolicionismo no Ceará a partir da formação da Tríplice Aliança, coligação política formada em meados dos anos 1880 que apresentava tanto políticos liberais quanto conservadores ligados à políticos sediados na Corte. Inserindo-se em meio aos debates políticos do período, o artigo busca compreender quais os objetivos da criação dessa coligação, os principais agentes que estiveram envolvidos em suas ações e como o grupo se comportava. Dessa forma, se almeja realizar um jogo de escalas, articulando o contexto cearense e o âmbito imperial. A análise se baseia em dois conjuntos documentais principais: a imprensa e em correspondências. No primeiro, o cotidiano político era gerador de inúmeros textos, contendas, crônicas e pronunciamentos partidários; já no segundo, constam informações, mudanças de direção e dados confidenciais intercambiados entre os próprios políticos envolvidos na Tríplice. Há poucas menções sobre essa coligação na historiografia local, logo, sua análise nos possibilita dar um novo ângulo para a relação entre política e abolicionismo no Ceará, principalmente no tocante às ações escravistas que se desenharam no Ceará após o dia 25 de março de 1884.

Palavras-chave: Tríplice Aliança. Abolição. Partidos Políticos. Ceará.

BETWEEN THE PROVINCE AND THE COURT: BEHIND THE SCENES OF A SLAVE-OWNING POLITICAL COALITION IN THE “LAND OF LIGHT” (CEARÁ, 1884 - 1886)

Abstract: This study aims to reflect on the relationship between politics and abolitionism in Ceará, beginning with the formation of the Triple Alliance, a political coalition formed in the mid-1880s that included both liberal and conservative politicians linked to politicians based in the Court. Embedded in the political debates of the period, the article seeks to understand the objectives of this coalition's creation, the main actors involved in its actions, and how the group behaved. Thus, it aims to perform a game of scales, articulating the Ceará context and the imperial sphere. The analysis is based on two main sets of documents: the press and correspondence. The first, the political daily life generated countless texts, disputes, chronicles, and party pronouncements; the second, contains information, changes in leadership, and confidential data exchanged among the politicians involved in the Triple Alliance. There are few mentions of this coalition in local historiography, so its analysis allows us to shed new light on the relationship between politics and abolitionism in Ceará, particularly regarding the pro-slavery actions that emerged in Ceará after March 25, 1884.

Keywords: Triple Alliance. Abolition. Political parties. Ceará.

¹ Mestre em História, Culturas e Espacialidades (PPGHCE-UECE). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7071411857452848>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6229-2286>. E - Mail: alissonfreitas181903@gmail.com.



1 Introdução

Refiro-me ao **delírio abolicionista de que se acha atacado o Ceará**, onde se tem cotado escravos validos por preços ridículos e de cuja imprensa partem doutrinas subversivas que põem em risco a segurança dos senhores, tornando inconciliáveis e impossíveis as suas relações com os escravos. Não obstante a situação toda diferente em que nos achamos, espíritos menos sensatos, ainda que reflectidos, **pretendem transplantar entre nós as mesmas idéas e inocular no seio da nossa população esse mesmo abolicionismo que em ultima analyse trata de alforriar a todo transe, deixando o antigo senhor reduzido muitas vezes a situação inferior á do escravo. Não podemos nós assistir impassíveis á propagação de semelhantes germens; devemos afirmar a nossa existencia, oppondo barreira a tão fatal movimento** (A LAVOURA DO NORTE, 1883, p. 01, grifos nossos).

O excerto faz parte de deliberações de uma reunião do Clube da Lavoura da Escada de Pernambuco, instituição escravista instalada em 1883 e que buscava refrear as ações do movimento abolicionista pernambucano. Percebe-se de forma contundente uma crítica ao abolicionismo da província vizinha, o Ceará, e de como esse parecia estar “germinando” e avançando contra os senhores de escravos.²

Nos primeiros anos de 1880, publicações atacando o abolicionismo cearense podem ser encontradas com frequência nos jornais da época, principalmente naqueles que tinham o objetivo de solapar a imagem do movimento abolicionista (MESQUITA, 2021). Apesar de não realizarmos uma retrospectiva de como o abolicionismo cearense foi ganhando robustez ao longo do tempo, já nos primeiros anos da década de 1880, a província se encontrava em destaque quando se analisa a atuação abolicionista no império. São ações localizadas nesse período: os episódios grevistas dos jangadeiros (1881), a criação do Clube dos Libertos (1882), a visita do jurista e abolicionista José do Patrocínio ao Ceará (1882), a criação do Centro Abolicionista 25 de março (1882), a criação da Sociedade das Cearenses Libertadoras (1883), dentre outros fatos.

A abolição era assunto cotidiano no Ceará e se criava organizações por toda a província. Segundo Robert Conrad, em meados de 1883 “o Ceará já era um refúgio de fugitivos das províncias vizinhas”, o que fazia surgir queixas advindas de proprietários das províncias que faziam fronteira com o território cearense, como “Pernambuco, Rio Grande do Norte e Piauí” e “até do longínquo

² A notícia foi publicada em editorial do *Diário do Brazil*, jornal de propriedade do bacharel Antônio Alves de Sousa Carvalho, também conhecido como Visconde de Souza Carvalho. De postura antiabolicionista, esse veículo de imprensa foi um dos principais difusores de ideias escravistas e perseguiu o movimento abolicionista brasileiro. Localizado na capital imperial, esse jornal foi ligado ao Partido Liberal.



Rio de Janeiro” (1975, p. 230). A partir do jornal *Libertador*, criado pela sociedade abolicionistas Perseverança e Porvir, se tem notícias de que entre janeiro de 1883 e fevereiro de 1884 foram libertados escravos de 51 municípios cearenses, chegando ao número aproximado de um pouco mais de 29.000 alforrias (QUADRO DE LUZ, 1884, p. 01 - 02).

Seguindo o sentido interpretativo da fala do clube pernambucano, de fato, o abolicionismo germinava e mostrava que daria frutos no Ceará. E foi o dia 25 de março aquele escolhido para o grande dia da libertação da província. O fatídico dia foi eternizado na memória e história da província e do Brasil. Afinal, estava “livre” a partir daquela data a primeira província do império. O Ceará se tornava ali a “Terra da Luz”, um verdadeiro modelo abolicionista a ser seguido - e também combatido. É plausível pensar que o medo dos integrantes do Clube da Lavoura da Escada chegou a níveis alarmantes após o 25 de março, afinal eram vizinhos de uma província onde o abolicionismo havia “chegado e prosperado”.

Os debates sobre o abolicionismo geraram impactos em diferentes setores da sociedade brasileira, fosse na imprensa, comércio, agricultura, dentre outros. A seara política foi impactada e impactou o andamento do processo de libertação. Os partidos políticos foram fortemente modificados nesse período: remodelações internas, cisões e impasses entre grupos de mesma bandeira política. Entre os partidos havia diferentes formas de pensar sobre a liberdade e sobre o fim do sistema escravista. Mesmo no “Ceará liberto”, essa divisão de opiniões causou grande agitação ainda em 1884. Correspondências, circulares e artigos na imprensa expressavam as visões de liberdade de cada grupo político e são indiciários de como as decisões eram perpassadas por questões políticas nutridas à décadas.

Havia diferenças também entre os próprios grupos abolicionistas e de como esses, que em suma tinham o mesmo objetivo, procederam para consegui-lo:

O ‘Centro’ queria a liberdade do escravo pela ordem jurídica, pelo regimen de paz, pelos meios suasorios, pela persuasão affectiva, pela palavra evangelica, pelo equilibrio das forças existentes e do porvir com interesses creados e dominantes. A ‘Libertadora’, ao contrário, a queria pelos meios revolucionarios, sem escolher armas na panoplia dos elementos tumultuarios, desconhecendo tudo e todos. Era um clarão rubro querendo ser a aurora – anunciadora do sol [...] (FONSECA FILHO, 1924, p. 356).

Tinha-se então entre o Centro Abolicionista Cearense e os abolicionistas do *Libertador* divergências de “como libertar os escravos cearenses”, divisão essa que também existia à nível nacional. O local e o nacional interligam-se em muitos pontos quando analisamos a política cearense



em meados da década de 1880. Ainda em 1884, políticos conservadores da Corte buscaram formar uma coligação com líderes políticos do Ceará para que o Gabinete de Manoel Pinto de Sousa Dantas, de aspirações abolicionistas, perdesse apoio. João Maurício Wanderley (Barão de Cotegipe), João Alfredo Corrêa de Oliveira e Paulino José Soares de Sousa buscaram organizar uma Tríplice Aliança a partir da junção do grupo dos “conservadores graúdos”, “conservadores miúdos” e “liberais Paulas”.

O artigo versa sobre os planos, agentes e o processo de instalação dessa coligação política no Ceará, bem como merece atenção a relação política existente entre políticos de influência provincial e políticos de influência nacional. Para composição da investigação serão analisados dois conjuntos documentais onde as menções sobre a Tríplice são frequentes e revelam os pormenores de sua existência: primeiro, a imprensa imperial, que ao noticiar informações da província se torna de importante utilização para delimitação dos acontecimentos e dinâmicas políticas cotidianas; segundo, as correspondências de componentes dos grupos envolvidos, revelando a troca de informações, dinâmica interna dos partidos, mudanças de direção e contendas.

O entrelaçamento entre essas fontes nos fornece informações sobre projetos distintos de abolição firmados entre os grupos políticos que atuavam no Ceará e que se encontravam em franca disputa. No mesmo ano no qual o Ceará foi celebrado como “Terra da Luz”, houve também disputas políticas em torno do duo escravidão-abolição. Logo, procura-se relacionar a partir de um “jogo de escalas” o contexto político cearense com uma análise mais geral da crise escravista e política do império.

2 Os partidos cearenses e o abolicionismo: 1880 - 1884

As divisões partidárias no Ceará remontam a muitas décadas antes de 1880. O panorama político local, por um lado, tinha sua origem na cisão do Partido Conservador do Ceará de 1863, quando este dividiu-se em dois grupos: *Graúdos* e *Miúdos*, liderados respectivamente por Joaquim da Cunha Freire e Gonçalo Baptista Vieira³.

Do outro lado estava o Partido Liberal do Ceará, que entre os anos finais da década de 1870 cindiu-se, formando os grupos *Paulas* e *Pompeus*: os primeiros eram chefiados por Antônio Joaquim

³ Posteriormente Baptista Vieira se tornou Barão de Aquiraz e Cunha Freire se tornou Barão de Ibiapaba. Seus grupos também ficaram conhecidos respectivamente como “carcarás” e “ibiapabas”.

Rodrigues Jr e o segundo grupo era liderado por Nogueira Accioly. Cada uma dessas parcialidades políticas possuía seu veículo de imprensa: os *graúdos* tinham como veículos o jornal *Constituição*; os conservadores *miúdos*, também chamados de carcarás, publicavam suas ideias no *Pedro II*; os liberais *Paulas* ou ripardos, reportavam seus ideais no *O Cearense*; e por fim, a ala *Pompeu*, tinha o jornal *Gazeta do Norte* como seu porta voz (MONTENEGRO, 1980).

Essa configuração deu para políticos de outras províncias a visão de que, no Ceará, a política sempre foi uma “coisa incompreensível” ou de difícil entendimento. Havia dois influentes partidos, mas na prática, esses subdividiam-se em grupos menores. Durante a década de 1880, na prática havia quatro grupos mais influentes e com maior escopo de atuação. Essa dinâmica partidária foi eternizada por Machado de Assis, ao escrever uma de suas crônicas na série *Bons Dias*, onde afirmava que os partidos no Ceará eram “dous em quatro” e “quatro em dous” (BONS DIAS, 1888, p. 02).

Esses quatro grupos políticos se digladiaram cotidianamente por meio de seus jornais e as contendas podem ser facilmente identificadas ao se analisar as edições de cada um. Considerando os estudos de Richard Graham (1997), os partidos oitocentistas brasileiros se organizavam ao redor de redes vinculativas. Ou seja, lealdade e apoio pessoal à frente de um plano partidário bem delimitado - daí se tem sinônimos como facção, fração, ala, grupo ou parcialidade para descrever o cenário político brasileiro no período. A cisão era tamanha que, quando necessário, os grupos preferiam firmar alianças com o partido de bandeira contrária do que com o de “mesma bandeira”. Esse fato acabava por gerar mensagens e direcionamento de líderes dos diretórios centrais dos partidos aos chefes da política cearense. Essa “gastronomia política” perpassou e interferiu em diferentes níveis da sociedade cearense, bem como no abolicionismo local.

É importante salientar que o abolicionismo na província cearense recrudesceu a partir do surgimento de algumas sociedades abolicionistas durante a década de 1870, dentre as quais podemos citar a Sociedade Manumissora Sobralense e também a Sociedade Perseverança e Porvir. Foi principalmente a partir da publicação do jornal *Libertador*, criado pela Sociedade Cearense Libertadora em 1881, que o movimento atuou de forma mais contundente na imprensa. Segundo Maria Assunção (2002, p. 14), o jornal “era um dos principais meios de divulgação das ideias abolicionistas entre os setores da elite, que apostavam na extinção do cativeiro”.

Política e abolicionismo estiveram intimamente entrelaçados no Ceará nas duas últimas décadas do império, principalmente pela forma como cada partido se colocava frente ao tema da



libertação. Mesmo que nem todos os partidos tivessem um histórico abolicionista, sendo alguns liderados por afamados negreiros do império⁴, houve na década de 1880 grande reconfiguração que redefiniu as fronteiras partidárias e abolicionistas no Ceará. Francisco Paulo de Oliveira Mesquita detalha a forma como as frações políticas cearenses se dividiram em torno da questão escravista em 1884.

Os “liberais Paulas” do jornal Cearense, sob o comando do conselheiro Rodrigues Júnior, sempre contrários ao movimento abolicionista nessa província nunca mudaram de posição sobre a “questão servil” e se uniram com os partidários da facção conservadora liderada pelo Barão de Aquiraz, apoiada pela prensa do jornal Pedro II. Enquanto os conservadores “Ibiapabas” constituíram uma aliança momentânea com o clã político dos “liberais Pompeus”, fechando uma parceria entre os jornais Gazeta da Norte e Constituição (MESQUITA, 2021, p. 157).

Posteriormente essas chapas ficaram conhecidas como Chapas Libertadora (Pompeus e Graúdos) e Chapa Negreira (Paulas e Miúdos). Essas posições se delimitaram ainda mais a partir da polêmica votação do Projeto nº48 na Câmara dos Deputados. Em 06 de junho de 1884 assumia a chefia do Conselho de Ministros do Império o baiano Manuel Pinto de Souza Dantas. Liberal de veia abolicionista, buscou direcionar o sistema escravista ao fim com a formulação do Projeto nº 48, que tinha como base de sua matéria a libertação de escravos sexagenários do império. Ao encaminhar o dito projeto de lei para votação, dali em diante, parafraseando a pesquisadora Angela Alonso, Dantas “desceu ao inferno” ao buscar confrontar a lógica escravista vigente à séculos.

A **Reforma Dantas**, que se convencionou ex post chamar a dos sexagenários, apresentava para os cidadãos do século XIX feixe de medidas mais amplas e controversas que libertar idosos: **cancelava títulos de propriedade de escravos de meia-idade registrados como mais velhos; intervinha no mercado, ao fixar preços, taxar a posse e proibir a venda de escravos entre províncias; instituía plano-piloto de pequenas propriedades e salário mínimo para libertos, além de pôr prazo final à escravidão, sem indenização, para dali a dezesseis anos**. O Projeto 48 embutia modelo de nova sociedade pós-escravidão, baseada em assalariamento do ex-escravo, imigração e difusão da pequena propriedade (ALONSO, 2015, p. 244, grifos nossos).

Apresentado em 15 de julho de 1884, pelo deputado Rodolfo Dantas (filho de Manoel Dantas e líder do governo na Câmara dos Deputados), o projeto encontrou uma forte oposição de parcelas

⁴ A exemplo, podemos citar Joaquim da Cunha Freire, atuante no mercado de importações e exportações da província e um dos principais negreiros do Ceará entre os anos 1860 e 1870. Durante os anos 1880, aproximou-se do movimento abolicionista.



do próprio partido liberal, que por sua vez se somaram aos votos contrários de conservadores. O mineiro João Penido, deputado liberal, encabeçou uma moção de desconfiança em 28 de julho de 1884 contra o gabinete. Ao final da moção, 52 deputados votaram a favor e 59 (destes, 17 eram liberais) votaram contra o ministério, deixando pública a evidente falta de apoio parlamentar. As dificuldades no processo de encaminhamento do projeto e a falta de apoio fizeram com que Dantas recorresse ao Imperador, encaminhando-o pedido de dissolução da Câmara, que por sua vez, foi dissolvida nos primeiros dias de setembro daquele ano (MOTTA, 2018). Entre aqueles que foram contra o gabinete e seu projeto, “votaram quase maciçamente” políticos de “São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (onde se concentrava a maior parte da população escrava)” (COSTA, 2010, p. 86).

Dos representantes do Ceará na Câmara, os deputados Meton França de Alencar (liberal), José Pompeu de Albuquerque Cavalcante (liberal), Antônio Joaquim Rodrigues Júnior (liberal), Paulino Franklin de Oliveira (conservador) e Leandro de Chaves e Melo Ratisbona (liberal) foram aqueles que fizeram oposição à Dantas (MESQUITA, 2021). Ou seja, poucos meses após o dia 25 de março de 1884, parte dos deputados da província foram contra a Reforma Dantas, que por sua vez tinha o objetivo de direcionar um fim à escravidão no Império.

Para além das celebrações, ocorreram no Ceará acirrada disputa eleitoral. As eleições daquele ano foram interpretadas por Angela Alonso como um “plebiscito da abolição”, haja vista que ocorreram em meio às disputas políticas do Projeto 48. Os vencedores do pleito seriam aqueles a continuar ou retardar as discussões abolicionistas (ALONSO, 2015, p. 187).

3 Derrubar o *Dantismo* no Ceará: planos de uma coligação

As eleições de 1884 foram marcadas para o dia 01 de dezembro. A organização dos pleitos tomou conta de todo o segundo semestre daquele ano. Estando os liberais na chefia do Conselho de Ministros, os conservadores da Corte buscaram formas de minar seu apoio e voltar ao centro das decisões. Passariam a pressionar os conservadores das províncias com a propaganda de uma união conservadora nacional - deveriam esquecer momentaneamente suas divergências. Os conservadores Ceará também foram solicitados.

Pelo vapor passado annunciei a V.Ex. a interferencia em q' se pensava aqui para o fim de unir-se o partido conservador d'esta província. Hoje assignei com os Sres. Barão de



Cotegipe e Conselheiro Paulino uma carta em dous exemplares, os quaes V.Ex receberá uma, e o sr. Barão d' Aquiraz outra. A união dos conservadores é de tamanha conveniencia e tam natural q sejam quaes forem as queixas e ressentimentos antigos [...] quero esperar que V.Ex. e o Sr. Aquiraz não terão dificuldade em entender-se o bem do partido, restabalecendo-se a paz, harmonia e solidariedade cuja interrupção nos tem enfraquecido e prejudicado.

[...] Alem d'isto, V.Ex percebe que o governo em todas as outras provincias procura adquirir força á custa dos conservadores, e não é justo q no Ceará possa obtel-a com apoio d'elles (OLIVEIRA, 20 ago. 1884).

O Barão de Cotegipe, Paulino Soares de Sousa e João Alfredo Corrêa de Oliveira (o remetente da carta) eram três das principais figuras conservadoras do império naquele momento e buscavam unificar as parcelas provinciais do partido, sendo o primeiro o então Presidente do Senado desde 1881. Cotegipe (Bahia) e João Alfredo (Pernambuco) eram responsáveis por enviar recomendações para a região norte, enquanto que Paulino Soares (Rio de Janeiro) dirigia suas recomendações para o sul. O trio enviou a missiva acima ao líder dos conservadores graúdos, o Barão de Ibiapaba, objetivando maior coesão política.

Os barões de Ibiapaba e Aquiraz eram as duas “lentes conservadoras” do Ceará na segunda metade do século XIX e carregavam duradoura contenda desde os anos 1860. Com base nas fontes analisadas, temos como hipótese que a relação entre ambos foi um grande empecilho para a união conservadora que se almejava naquele momento. O caso sobre a candidatura de José Avelino elucida esse cenário. João Alfredo, representando os líderes conservadores da Corte, solicitou articulação para que Avelino fosse eleito deputado pelo Ceará. Em carta de 27 de agosto de 1884, Aquiraz escreveu que o senador encontraria em sua figura "disposição para obedecer às suas ordens", mas que era empecilho a falta de boa vontade de Ibiapaba para apoiar a candidatura (AQUIRAZ, 27 ago. 1884). Por sua vez, dois dias depois, Ibiapaba também enviava carta ao mesmo destinatário afirmando que Aquiraz e Rodrigues Jr. apoiavam a candidatura e completa o relato citando que há quatro vinha seu partido era perseguido por esses “dous poderes colligados” (IBIAPABA, 29 ago. 1884).

No mês seguinte, outras cartas envolvendo esses mesmos personagens foram enviadas e destaca-se uma onde o remetente era o Barão de Ibiapaba e o destinatário, João Alfredo. Nessa fonte, os anexos (recortes de jornais) são elementos que se destacam, haja vista indicarem com detalhes parte da movimentação dos líderes conservadores da Corte.

Ilm. e Exm. Barão de Aquiraz.



A dissolução da camara dos deputados impôz ao partido conservador o dever de reunir suas forças afim de oppôr se com vantagem à politica iniciada pelo ministerio de 5 de junho. O bem publico exige o sacrificio de qualquer pessoal [...] **não duvidamos em aconselhar e instar para que na proxima eleição procedam de comum acordo, o qual será facil, desde que não tenham em vista senão as convenicencias da politica geral, de cuja direcção não podem eximir-se os partidos provinciaes.** Circunstancias especiais ha, em que concecção de um de um resultado vantajoso - n'uma situação dada - **póde-se abrir uma exepção, combinando-se os esforços do proprio partido com os de outro [...] tal é em nosso parecer o que se realiza n'essa província. Os conservadores e os deputados liberaes, tendo por chefe o conselheiro Rodrigues, votaram coerentes contra o governo, e hão de votar se forem reeleitos. Um acordo delles connosco é conveniente; mas para ser efficaz - é mister que primeiro os conservadores estejam unidos, e estarão unidos desde que V.Exc. e o Sr. Barão de Ibiapaba o estejam** (IBIAPABA, 19 set. 1884, p. 09, grifos nossos).

O trecho transcrito é um recorte de jornal que teria sido publicada no Pedro II do dia 02 de setembro⁵ e apresenta carta enviada por Cotelipe ao líder dos Miúdos. É plausível acreditar que, ao anexá-los em uma de suas cartas à João Alfredo, Ibiapaba buscou solicitar sobre a veracidade daquelas linhas. Pelo escrito, temos conhecimento de que na verdade se solicitava não somente a aliança entre conservadores, mas sim destes com a ala dos liberais Paula, chefiada por Rodrigues Jr. Ou seja, para voltar ao poder e derrubar o *dantismo* no Ceará, representado pelos Pompeus, era necessária a união de forças entre as duas parcelas conservadoras e os liberais escravistas - uma frente tripla. Contudo, como já citado, os conservadores graúdos haviam se unido aos Pompeus, e consequentemente estavam apoiando o Gabinete Dantas, por isso se fala em união injustificável com o governo.

Rodrigues Jr. vendo se instalar um impasse entre os chefes conservadores da província, escreveu à João Alfredo que ambos ainda não haviam entrado em um acordo quanto à questão da união. E caso esta não fosse concretizada, formaria chapa com Aquiraz, haja vista a formação da liga entre “Ibiapabas e Pompeus” (RODRIGUES JR. 19 set. 1884).

Ao mesmo tempo que se aventava no Ceará a dita coligação, os abolicionistas do *Libertador* consideravam que a Tríplice Aliança não passava de um convênio político sem justificativa de ser firmado pelo contexto de libertação que o Ceará já se encontrava (OS CONVENIOS, 04 set. 1884, p. 01). Em outro artigo, o mesmo jornal afirma que “feliz ou infelizmente, a política na Corte do império é uma, e no Ceará muito diferente” (AINDA A TRÍPLICE ALLIANÇA, 10 set. 1884, p. 01). De um pequeno diálogo – fictício - que se passa em uma botica, pode-se apreender mais indicativos das relações políticas naquele momento.

⁵ Edição não localizada.



- Elle vem meu charo Dr. E então veremos se a praça grauda se rende ou não
- Comendador, explique-se melhor. V. Esta hoje um pouco methaphysico. quem é que vem?
- Quem ha de ser? Ora adivinhe la - o João Alfredo, que ahi vem pessoalmente, com credenciaes dos outros 2 chefes conservadores, Cotelipe e Paulino dirigir o *ultimatum* ao Ibiapaba. Ou o *patãozinho* capitula com as honras da guerra ou...
- Ou...o quê?
Ou o plenipotenciário ordenará as represalias e começará bombardeio. A aniquillação da cidadella será infalivel
- Sua linguagem esta um tanto mercial, cheirando a polvora...Falle mais claro, seja mais positivo
- Pois bem; você quer os pontos nos ii, hai vae. **O Paulino e o Cotelipe escrevera aos dous barões assinalados, ordenando-lles uma triplice aliança entre graúdos, miúdos e ripardos, acontece porém que Ibiapaba repugna aceitar esse conchavo; segue-se portanto, que elle ficará so na varsea, sem caxorro; [...]**
- Engana-se, comendador. O Ibiapaba tem bastante civismo para rejeitar tão ignobil proposta, ou impusião, como queira [...] jamais se rebaixaria um tractado de paz, que elle tem convicção plena, no dia seguinte seria nulificado pela perfidia e deslealdade [...] posso garantir-lhe que elle preferirà, mil vezes, aniquilar-se politicamente, a fazer essa união hybrida (O PESCADOR DE AGUAS TURVAS, 10 set 1884, p. 01, grifos nossos).

Não se localizou a vinda de João Alfredo ao Ceará, sendo mais plausível que interpretar essa possibilidade como recurso discursivo da publicação. Além disso, conjulgando correspondências e o excerto, captamos que tanto Aquiraz como Rodrigues Jr. atenderam às solicitações do poderoso trio de conservadores. Nesse caso, o chefe graúdo seria aquele que negava as investidas dos políticos de fora - o que não quer dizer que Ibiapaba era político de brios mais elevados do que os outros, deve-se pensar que cada parcialidade política aqui analisada detinha seus objetivos, o que interferia na tomada de decisões e alianças políticas – e travava a formalização da aliança tripla.

Iniciando o mês de outubro, Rodrigues Jr. informou a João Alfredo que o líder graúdo havia recusado a união e formalizado “aliança com o governo” (com os liberais Pompeus) (RODRIGUES JR., 02 out. 1884). No mesmo sentido, o Barão de Aquiraz enviou missiva ao mesmo informando que Ibiapaba se encontrava “mais hostil possível” à ideia de união (AQUIRAZ, 03 out. 1884). A partir das correspondências consultadas, percebeu-se que há poucos meses da realização das eleições, mesmo com as solicitações e movimentações, a Tríplice Aliança existia somente em linhas e papel. Os Pompeus almejavam se manter no poder e precisavam de toda ajuda possível; os Paulas buscavam derrubar o grupo governista de mesma bandeira; já os conservadores, almejavam voltar ao poder, no caso dos graúdos a via encontrada foi aliar-se ao governo (Pompeus) e sua agenda abolicionista, enquanto que os miúdos formaram oposição junto ao outro grupo liberal (Paulas).



As chapas para as eleições foram anunciadas ainda em outubro. Por meio delas pode-se verificar o clima de disputa nutrido entre os grupos.

Tabela I: Chapas políticas no Ceará em 1884

Distrito eleitoral	Chapa Negreira	Chapa Libertadora
1º	Dr. Manuel Ambrosio da Silveira Torres Portugal	Dr. Frederico Augusto Borges
2º	Dr. Amaro Cavalcanti	Dr. Antonio Pinto de Mendonça
3º	Dr. José Pompêo de Albuquerque Cavalcanti	Dr. Paulino Borges da Fonseca
4º	Dr. Antonio Joaquim Rodrigues Junior	Dr. Theudoreto Carlos de Faria Souto
5º	Dr. Barão de Canindé	Dr. Miguel Joaquim de Almeida e Castro
6º	Dr. Leandro Chaves de Mello Ratisbona	Dr. Joaquim Bento de Souza Andrade
7º	Dr. Mentor da Franca Alencar	Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brazil
8º	Dr. José Avelino Gurgel do Amaral	Dr. Alvaro Caminha Tavares da Silva

Fonte: CHAPA LIBERTADORA, 16 out. 1884, p. 02; ELEIÇÃO NO CEARÁ, 30 out 1884, p. 01.

Foi essa conformação política que vigorou no Ceará para as eleições ocorridas em 1884. Até dezembro as estratégias de campanha podem ser vistas na imprensa local (denúncias, artigos difamatórios, menções a fraudes e acusações diversas de todos os lados).⁶ Chegado o dia do pleito, a chapa vitoriosa foi a chapa governista, tendo os seus candidatos vencido na maioria dos distritos eleitorais - alguns dos diplomas dos vencedores foram invalidados, fazendo com que indivíduos da chapa derrotada tomassem o seu lugar, como Rodrigues Jr.

Já no final de 1884 o pressionado e cambaleante governo Dantas dava indícios de sua fraqueza e falta de apoio parlamentar e seria dissolvido por completo durante os primeiros meses de 1885. O Cons. Saraiva foi aquele que assumiu o rumo do Conselho de Ministros entre maio e agosto daquele ano. Apesar do pouco tempo, esse gabinete modificou o texto do Projeto Dantas buscando mediar a situação entre abolicionistas e escravistas, o que ao final pendeu mais para esses últimos. Seus esforços levaram ao aceite do projeto, mas não sem antes perder sua base partidária. Uma das principais modificações que perpetrou no projeto foi a adição de 5 anos de serviços prestados pelos

⁶ Os jornais da Chapa Libertadora eram o Constituição e o Gazeta do Norte. O Pedro II e O Cearense compunham a Chapa Negreira.



escravos aos seus “ex-senhores”, fato esse que serviu para apaziguar os ânimos dos políticos e proprietários a favor do retardamento da liberdade, mas radicalizou os abolicionistas. Saraiva entregou seu pedido de demissão ao imperador, e de certa forma, interferiu na volta dos conservadores ao comando do Conselho de Ministros.

Desde 1878 os liberais “davam as cartas” na política imperial, mas em agosto de 1885, os conservadores “voltaram ao jogo”. Saraiva não havia indicado seu sucessor. Inicialmente pensou-se em formalizar outro gabinete liberal, mas ao ser convidado, João Lustosa da Cunha recusou. Dessa forma, o imperador recorreu aos líderes do Parlamento: o liberal Antonio de Pádua Fleury (Presidente da Câmara dos Deputados) e o conservador Barão de Cotegipe (Presidente do Senado). Pensando em como procederia a votação do “reformado” Projeto 48° no Senado - mais conservador que a Câmara -, Pedro II optou pelo conservador. Cotegipe iniciou seu gabinete no dia 20 de agosto de 1885 e como um de seus primeiros atos, encaminhou o rápido aceite do projeto em 28 de setembro, que ficaria conhecido como Lei dos Sexagenários ou Saraiva-Cotegipe. A ascensão de Cotegipe a chefia do conselho, mudaria o panorama da política cearense e buscara formar uma reação escravista na província.

4 Cotelipe e os tempos de tríplice aliança no Ceará

Detendo grande poder de decisão, após encaminhar a Lei dos Sexagenários rapidamente, Cotegipe adotou postura inflexível a outras tentativas de reformas, bem como respondeu às pressões feitas pelos abolicionistas e escravizados de forma violenta e repressiva, principalmente em manifestações públicas e em episódios de fugas em massa. As forças policiais e militares foram, em diferentes ocasiões, deslocadas para a realização de capturas ou para conter sublevações, principalmente entre 1886 e 1887 (NASCIMENTO, 2012). Seu gabinete foi formado por indivíduos ligados à elite escravista do império, e fazendo ele mesmo parte disso, foi um dos grandes defensores do pagamento de indenizações aqueles que libertassem seus cativos. Cotegipe trabalhou para “garantir o mínimo de estabilidade nos negócios agrícolas aos fazendeiros, como ele próprio, aliás, honrando o que havia prometido ao Senado quando da apresentação do seu governo” (RAMOS, 2022, p. 138).

É plausível pensar que durante o primeiro semestre de 1885, as posições dos grupos políticos cearenses permaneceram as mesmas: Graúdos - Pompeus de um lado e Miúdos - Paulas do outro.⁷ Os Graúdos eram vistos pelo outro grupo conservador como traidores do conservadorismo e que usavam da “capa do abolicionismo” para ficarem ao lado do governo. Sempre que tinham oportunidade os conservadores negreiros, negreiros do Ceará faziam acusações e relembravam os motivos de não terem conseguido maioria naquelas eleições:

Eis, porque no Ceará houve conservadores que enrolaram a bandeira de seu partido e no dia da luta apareceram nas fileiras dos adversários. Os chefes conservadores pediam, aconselhavam a união; mas o Barão de Ibiapaba, que não tem idéias, crenças, nem princípios políticos, e está habituado a fazer da política um balcão, abraçou-se com o governo, para colher proveitos (BRASIL, 1885, p. 355).

Em 1885, as tentativas de firmar a Tríplice Aliança no Ceará ganharam novos tons, principalmente após o início do Gabinete Cotelipe. Se no ano anterior a coligação não foi concretizada pela falta de apoio dos conservadores graúdos e de seu líder, agora Ibiapaba passaria a adotar atitude mais convergente. É provável que já no mês seguinte à criação do gabinete conservador, Ibiapaba já desses indícios de aproximação com os planos da Tríplice. Em setembro já se criticava a postura do grupo graúdo e de seu líder.

Não pode haver procedimento político mais *correcto* do que o do Sr. barão de Ibiapaba; é um pouco inexplicável, mas S. Exc. não tem culpa de que não o entendão; [...] O nobre barão publica na sua folha o expediente do governo da província, e aí é sustentado pelos seus *amigos* jornalistas a causa conservadora; em outros dois jornaes, que recebem a senha de S. Exc. pela manhã e à tarde, o *gabinete de 20 de agosto sofre terrível oposição* do órgão abolicionista e do órgão *liberal histórico*. São as mesmas as pessas dos três jornaes inspirados pelo chefe conservador graúdo. [...] O Sr. Ibiapaba é com efeito um político admirável, *machiavelico*, sagaz, *talleirandico*, poderoso, *bismarchiano*. [...] À política graúda faz-se assim mesmo; conservador na *Constituição*, qualquer cousa no grupo nômade da *Gazeta*, abolicionista no órgão vespertino; em resumo, conservador, *liberal*, abolicionista, ou nada disto...., mas no poder sempre (POLÍTICA GRAÚDA, 24 set. 1885, p. 01, grifos nossos).

Apesar do relato ser de origem no jornal liberal *O Cearense*, chefiado por Rodrigues Jr., devemos considerar que as críticas se constituem como importantes componentes de análise para o contexto político do período. Pelo relato, há indícios de que ao mesmo tempo que os graúdos

⁷ Não consideramos aqui as movimentações de cunho individual. Foram localizadas diferentes pronunciamentos, onde indivíduos publicaram os motivos de estarem mudando de “ideias políticas”. Eram graúdos e passavam a ser miúdos e vice e versa.

flertavam com o Gabinete Cotelipe, também se comportavam como oposição ao ligar-se a outros jornais e grupos políticos da província, como os Pompeus e os abolicionistas do Libertador.

Possivelmente, o aceite de Ibiapaba para unir-se e formar a Tríplice Aliança estava mais próximo – o impasse inicial deu lugar para uma abertura. No mês seguinte, formalmente, Graúdos, Miúdos e Paulas eram considerados a base de apoio do Gabinete Cotelipe no Ceará. Para operacionalizar a Tríplice Aliança no Ceará, Cotelipe nomeou o Desembargador Miguel Calmon du Pin para a presidência do Ceará.

Sustentam a administração do Sr. Calmon, no Ceará: a Constituição, órgão dos conservadores abolicionistas, de que é chefe o Barão de Ibiapaba; o Pedro II, órgão dos conservadores aquirazes; e o Cearense órgão do grupo do conselheiro Rodrigues Júnior. Estão na oposição: a Gazeta do Norte órgão dos liberaes históricos, redigida pelo Sr. J. Brígido e o *Libertador*, órgão do abolicionismo ultra (DOMINGO A DOMINGO, 29 nov. 1885, p. 02, grifos nossos).

É plausível considerar que, com o início do gabinete Cotelipe, Ibiapaba foi pressionado pelo próprio grupo político a mudar de posição ou que tenha chegado a um acordo com Cotelipe. Além disso, não descartamos a mudança de direção feita pelo próprio líder graúdo ante o novo contexto político que se formava. Antes travada pela relutância dos Graúdos, a tríplice parecia estar formalizada em finais de 1885, tanto que Ibiapaba e Aquiraz lançaram um manifesto contendo os nomes de seus candidatos para as eleições que se aproximavam.

O partido conservador do Ceará resolveu publicar nos jornais “Constituição” e “Pedro II” a lista dos cinco candidatos que devem merecer a honra de seus suffragios na proxima eleição que para Deputados Geraes que terá lugar no dia 16 de Janeiro de vindouro.

Consta a lista que tomamos a responsabilidade de oferecer respeitosamente à consideração do eleitorado conservador cearense dos nomes dos seguintes cavallheiros: Bacharel Manoel Ambrosio da Silva Torres Portugal, candidato pelo 1º distrito. Conselheiro Tristão Alencar Araripe, candidato pelo 2º. Barão de Canindé, pelo 3º. Dr. Domingos José Jaguaribe Filho, candidato pelo 7º e Bacharel Alvaro Caminha Tavares da Silva, candidato pelo 8º.

[...] no jornal oficial, encontrara V.Sa, assim a justificação de nosso acto como a demonstração da necessidade de manter na referida eleição a mais rigorosa disciplina partidaria. (AQUIRAZ; IBIAPABA, 16 dez. 1885).

Seria preciso assentar seus candidatos no parlamento para as eleições de janeiro de 1886. Já nos primeiros dias do ano, o jornal *Libertador* acusava Calmon du Pin de trabalhar incansavelmente para que a vitória da Tríplice Aliança fosse certa. Havia prometido em troca de votos os cargos de subdelegados da capital aos senhores Quintino Aderaldo Maia e Raymundo Seraphim dos Anjos, bem como a função de chefe do armazém de depósitos ao Cap. Garcia (ex-delegado de Soure), o que



acarretaria em demissões de postos já ocupados por outros sujeitos (*ESCANDALOS DA ADMINISTRAÇÃO*, 04 jan. 1886, p.01). Na mesma edição o jornal convocava seus apoiadores para se reunirem em sua redação, onde discutiriam sobre os planos de Cotegipe de “rebaixar o nome cearense, impondo vergonhosa aliança” de grupos locais (*AOS LIBERTADORES*, 04 jan. 1886, p. 02).

Do resultado das eleições de janeiro de 1886, publicou-se a eleição de Torres Portugal, Tristão Araripe, Barão de Canindé, Jaguaribe Filho e Alvaro Caminha. Além disso, os liberais Ratisbona e Rodrigues Jr. também foram eleitos (*ELEIÇÕES*, 17 fev. 1886, p. 02). Vitória da Tríplice Aliança, vitória de Cotegipe no Ceará. Após as eleições, a partir da sessão na Câmara dos Deputados pode-se vislumbrar a situação da coligação. Em sessão do dia 30 de julho de 1886, o conservador graúdo Alvaro Caminha e os liberais paulistas Torres Portugal e Rodrigues Jr. trocaram farpas. Abordando sobre traições na organização das eleições, o primeiro defendia que a política imoral de alianças híbridas havia começado com os liberais, estes afirmavam que o Barão de Ibiapaba e que seu grupo eram especuladores políticos e que estes haviam iniciado a política de coligações na província (BRASIL, p. 581 a 586). Ou seja, logo após a eleição, é possível que a Tríplice Aliança tenha perdido a “falsa coesão” que a sustentava. Acusações de traições, ameaças e utilização de grupos armados em colégios eleitorais são muitas.

É importante sinalizar que há grande lacuna documental considerando o primeiro semestre de 1886. Correspondências não foram localizadas e a imprensa local possui poucas e esparsas edições. Não foram localizadas, por exemplo, edições do jornal Pedro II ou do Constituição, o que não nos permite estudar mais a fundo as relações internas dessas “pontas” da Tríplice Aliança. Tomamos nota de alguns acontecimentos a partir do jornal O Cearense (com edições a partir do meio daquele ano), bem como do Libertador e Gazeta do Norte (opositores da coligação). Mesmo que Cotegipe, Paulino de Sousa e João Alfredo tenham inicialmente pressionado os grupos políticos cearense à união, é importante mencionar que esses mesmos indivíduos detinham formas diferentes de enxergar a abolição. Enquanto Cotegipe e Souza eram mais ferrenhos⁸ e afeitos a defesa da propriedade - e assim o foram até o momento final do império -, João Alfredo era um conservador mais moderado e havia participado do Gabinete Rio Branco (1871 - 1878), responsável pela Lei do

⁸ Ficaram conhecidos como componentes do grupo de “conservadores vermelhos”, que por sua vez, detinham opiniões mais extremada.



Ventre Livre em setembro de 1871 - que por sua vez havia projetado prazo para se findar a escravidão no Brasil em sete anos.⁹

Como já demonstrado, João Alfredo era a figura mais próxima do Ceará e detinha relação estreita com o Barão de Ibiapaba, enquanto que Cotegipe e Paulino firmaram laços mais fortes com Aquiraz e Rodrigues Jr.. Esses laços políticos podem nos apresentar indicativos de que, desde o seu cerne, a Tríplice Aliança já não apresentava uma natureza coesa. Tal fato acabou por cindir o partido conservador entre ‘moderados e “vermelhos”, logo, “alfredistas e paulinistas”’ (RIBEIRO, 2015, p. 143). Cotegipe passou a ser pressionado pelo movimento abolicionista, pelas próprias alas do partido, e também teria a Princesa Regente em seu encalço.¹⁰ Isabel seria outro dos personagens que discordava de Cotegipe e que o solicitava para que tivesse atenção ao assunto da abolição, e que caso não se mostrasse aberto, afirmou que “o ministério não podia continuar se não fizesse qualquer coisa a favor da emancipação”. Como resposta, o barão afirmava “estar estudando a questão” - estudos esse que nunca eram finalizados (LYRA, 1940, p. 33.) A Regente se mostrava abertamente abolicionista, enquanto que o chefe do ministério não. A onda abolicionista já tomava o império.

Esse impasse entre ambos, somado a fugas de escravos e repressão violenta do governo se tornaram insustentáveis quando ocorreu “a cereja do bolo”: uma briga entre a polícia e o tenente da Armada Antonio Leite Lobo, o que acabou por expor a crise institucional do governo. No dia 07 de março, Cotegipe renunciou seu cargo no ministério, sendo seu sucessor seu antigo aliado, João Alfredo Corrêa de Oliveira. Ali uma tentativa de ajustar uma coalizão política escravista no Ceará deixou de existir de vez.

5 Considerações Finais

O gabinete Cotegipe e sua política levou o movimento abolicionista brasileiro a radicalizar-se contra os desmandos perpetrados, principalmente quando esse utilizava a violência com vistas a conter os movimentos de fugas em massa. Produto desse gabinete escravista, a Tríplice Aliança foi concebida com o objetivo de refrear o abolicionismo cearense, bem como acabar com a influência

⁹ João Alfredo é tido pela historiografia como herdeiro político do Visconde do Rio Branco e é rememorado como o estadista da abolição.

¹⁰ Dom Pedro II estava em viagem e Isabel assumiu o trono pela terceira vez entre junho de 1887 e agosto de 1888.

do Gabinete Dantas no Ceará. Localizamos as suas primeiras tentativas de formalização logo após a apresentação do Projeto nº 48 na Câmara dos Deputados.

Formalizada no ano seguinte, essa coligação uniu os conservadores graúdos (ligados ao abolicionismo moderado), conservadores miúdos (de tendência mais extremada e próxima de Cotelipe) e os liberais Paulas (também extremados). Percebeu-se que era costume dos partidos cearenses a formalização de curtos períodos de união para disputarem as eleições, e logo depois voltavam às suas “configurações de fábrica” - ataques difamatórios, mentiras, textos jocosos e debochados.

No sentido prático, apesar do panorama de criação da Tríplice ter sido uma resposta contra a política abolicionista do Gabinete Dantas no Ceará, não foi possível localizar - até o momento - ações escravistas organizadas por essa coligação, como por exemplo: repressão de manifestações abolicionistas públicas, tentativas de reescravização, dentre outras. Constam somente manifestações públicas na imprensa e mais específicas aos períodos eleitorais.

Cotelipe era um dos escravocratas mais poderosos dos últimos anos do império e que buscava retardar a libertação dos escravos no império do Brasil o quanto pôde. No Ceará, seu intuito parecia não ser o mesmo que realizou em outras províncias com o uso da violência como mecanismo de repressão. Seu objetivo parece ter sido o de manchar a reputação abolicionista do Ceará, em outras palavras, diminuir a representatividade da “Terra da Luz” como modelo abolicionista a ser seguido. Para esse objetivo, formar uma coligação escravista com grupos políticos distintos era de extrema importância por dois motivos: manteria o partido unido a seus ideais e amarraria as ações de uma ala liberal pró-escravista, fazendo assim, maioria na bancada cearense na Câmara dos Deputados.

A Tríplice Aliança e sua formação imbrica-se com os esforços empreendidos por Cotelipe e seu ministério na condução da crise do sistema escravista brasileiro, e consequentemente, na crise do sistema político imperial. A Tríplice escravista de Cotelipe (nos anos seguintes foram encontradas outras tríplices alianças com outras configurações e objetivos) não foi capaz de diminuir o duradouro revanchismo entre os líderes partidários cearenses, o que acabou por torná-la na prática, uma frágil coligação onde se tentava equilibrar os desejos do principal núcleo do partido conservador da Corte com os de diferentes grupamentos com os quais buscava se associar, causando tensões políticas, traições e um panorama político peculiar onde o pragmatismo imperava.

É possível que a existência dessa união tenha chegado a poucos meses entre dezembro de 1885 e o primeiro semestre de 1886. Partindo de informações coletadas nos jornais supracitados

pode ter chegado somente há algumas semanas de fato. Contudo, há indícios da existência de outras tríplices alianças, tanto na década de 1870 como nos anos finais do império. A temática das alianças entre grupos políticos do Ceará provincial carece de elucidação mais profunda, tendo em vista que as contendas e divergências foram os assuntos mais abordados pela historiografia cearense.

A Tríplice Aliança aqui analisada surge como elemento de análise para entendimento das relações entre o local e o nacional; política e abolição; partidos e sujeitos. Emergir no processo de planejamento, consolidação e falta de êxito desse conchavo nos possibilita investigar como o processo de abolição no Brasil foi complexo e de como, mesmo em “províncias livres” como a do Ceará, ainda ocorreram embates políticos pela liberdade e tentativas ou ensaios de uma ascensão escravista.

Referências

A LAVOURA DO NORTE, **Diario do Brazil**, Rio de Janeiro, ano III, nº 38, 29 de mar. 1883, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/225029/1939>. Acesso em: 05 de maio 2025

AINDA A TRIPLEX ALLIANÇA, **Libertador**, Fortaleza, ano IV, nº 187, 10 de set. 1884, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/229865/521>. Acesso em: Acesso em: 08 de jul. 2025.

ALONSO, Angela. **Flores, Votos e Balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AOS LIBERTADORES, **Libertador**, ano VII, nº 03, 04 de jan. 1886, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/229865/1735>. Acesso em: 14 de jul. 2025.

AQUIRAZ. Barão. [Correspondência]. Destinatário: João Alfredo Corrêa de Oliveira. Fortaleza, 27 ago. 1884. 1 carta. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/14660/1/JA_CR_000.509.pdf>. Acesso em: 24 de jun. 2025.

AQUIRAZ. Barão. [Correspondência]. Destinatário: João Alfredo Corrêa de Oliveira. Fortaleza, 03 out. 1884. 1 carta. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/14658/1/JA_CR_000.507.pdf>. Acesso em: 08 de jul. 2025.

ASSUNÇÃO, Mariana Almeida. **Escravidão em Fortaleza**: um estudo a partir dos inventários post-mortem. Dissertação (Mestrado) - História da Universidade Federal da Bahia, 2002.

BONS DIAS, **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, ano XVI, nº 125, 04 maio 1888, p. 02. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/103730_02/13728. Acesso em: 15 de maio 2025.



BRASIL. **Annaes da Camara dos Deputados**, Vol II, 1885, Sessão em 14 de abril, p. 355. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.gov.br/docreader/132489/82422>>. Acesso em: 05 de jul. 2025.

BRASIL. **Annaes do Parlamento Brazileiro**, Vol III, 1886, Sessão em 30 de julho, p. 581 a 586. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Disponível em: <<http://memoria.bn.gov.br/docreader/132489/87612>>. Acesso em: 18 de jul. 2025.

CHAPA LIBERTADORA, **Libertador**, Fortaleza, ano IV, nº 261, 16 out 1884, p. 02. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/229865/per229865_1884_00216.pdf. Acesso em: 08 de jul. 2025.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emilia Viotti da. **A Abolição**. 9ºed, São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DE DOMINGO A DOMINGO. **O Paiz**, Rio de Janeiro, ano II, nº 331, 29 de nov. 1885, p. 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_01/1762. Acesso em: 10 de jul. 2025.

ELEIÇÃO NO CEARÁ. Brazil, Rio de Janeiro, ano II, nº 256, 30 de out. 1884, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/236055/513>. Acesso em: 08 de jul. 2025.

ELEIÇÕES, **Libertador**, Fortaleza, ano VII, nº 18, 17 de fev. 1886, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/229865/1795>. Acesso em: 14 de jul. 2025.

ESCANDALOS DA ADMINISTRAÇÃO, **Libertador**, Fortaleza, ano VII, nº 03, 04 de jan. 1886, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/229865/1735>. Acesso em: 14 de jul. 2025.

FONSECA FILHO, Júlio César da. “Em torno da Abolição”. **Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza**, ano XXXVIII; T. XXXVIII, 1924, p. 355-357. disponível em: <<https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1924/1924-EmtornodaAbolicao.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2025

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política do Brasil no século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

IBIAPABA, Barão. [Correspondência]. Destinatário: João Alfredo Corrêa de Oliveira. Fortaleza, 19 set. 1884. 1 carta. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/14667/1/JA_CR_000.516.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2025.

IBIAPABA, Barão. [Correspondência]. Destinatário: João Alfredo Corrêa de Oliveira. Fortaleza, 29 ago. 1884. 1 carta. Disponível em:



<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/14656/1/JA_CR_000.505.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2025.

LYRA, Heitor. **História de Dom Pedro II - Declínio, 1880-1891**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1940.

MESQUITA, Francisco Paulo de Oliveira. “**O que se diz do Ceará**”: o abolicionismo cearense no teatro do jornalismo brasileiro (1880-1888). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2021.

MONTENEGRO, Abelardo. **História dos partidos políticos cearenses**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1980.

MOTTA, Jose Flávio. O Inferno de Dantas: O Projeto de Lei n. 48 no jornal A Província de São Paulo, 1884. In: OSÓRIO; LIMA (Orgs.). **Do tráfico ao pós-abolição**: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2018.

NASCIMENTO, Carla Silva do. **O barão de Cotegipe e a crise do Império**. Dissertação (Mestrado em História das Instituições) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Escola de História, 2012.

O PESCADOR DE AGUAS TURVAS, **Libertador**, ano IV, nº 187, 10 de set. 1884, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/229865/521>. Acesso em: 28 de maio 2025.

OLIVEIRA, João Alfredo Corrêa de. [Correspondência]. Destinatário: Barão de Ibiapaba. Rio de Janeiro, 20 ago. 1884. 1 carta. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/13425/1/JA_CE_000.001.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025.

OS CONVENIOS, **Libertador**, Fortaleza, ano IV, nº 183, 04 de set. 1884, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/229865/505>. Acesso em: 28 de jun. 2025.

POLITICA GRAÚDA, **O Cearense**, Fortaleza, ano XXXIX, nº 189, 25 de set. 1885, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/709506/17728>. Acesso em: 10 de jul. de 2025.

QUADRO DE LUZ, **Libertador**, Fortaleza, ano IV, nº 58. 14 de mar. de 1884, p. 01 e 02. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/229865/121>. Acesso em: 16 de maio de 2025.

RAMOS, Itan Cruz. **Saraiva, Dantas e Cotegipe: baianismo, escravidão e os planos para o pós-abolição no Brasil (1880-1889)**. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2022.

RIBEIRO, Filipe Nicoletti. **Império das incertezas**: política e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889). Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.



RODRIGUES JR. Antonio Joaquim. [Correspondência]. Destinatário: João Alfredo Corrêa de Oliveira, Fortaleza, 02 out. 1884. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/14511/1/JA_CR_000.362.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2025.

RODRIGUES JR. Antonio Joaquim. [Correspondência]. Destinatário: João Alfredo Corrêa de Oliveira, Fortaleza, 19 set. 1884. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/14652/1/JA_CR_000.501.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2025.

Recebido em 01 de agosto de 2025.

Aceito em 14 de dezembro de 2025.

Publicado em 20 de dezembro de 2025.